

A partir das atividades realizadas nas unidades do curso, o aluno deverá formatar, no *template* abaixo, o plano de ação que se consubstanciará como atividade final do curso, servindo de norte para realização de uma intervenção concreta na realidade de que faz parte, em prol da proteção e promoção dos direitos das crianças na primeira infância, à luz do Marco Legal da Primeira Infância.

TÍTULO DO PLANO DE AÇÃO

LIMITES COM AFETO: PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E DE PREVENÇÃO AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS

INFORMAÇÕES INICIAIS

- Aluno: Angela Regina Urio Liston
- Órgão: Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e Juventude do TJPR (CONSIJ-CIJ-TJPR)
- Município/Estado: Curitiba-PR
- Outras informações relevantes: Equipe técnica - Psicóloga

CONTEXTO ATUAL

1. Situação atual (situação-problema):

(Política de atendimento que não abrange de forma adequada as necessidades das famílias atendidas)

Estudos comprovam a relação presente entre a “precariedade de condições de vida e o rompimento legal do vínculo parental” (FAVERO, 2007, p. 17). Conforme elucidou a pesquisa conduzida por Fávero em 2007 no estado de São Paulo, as diferentes formas de violência se constituem com um dos principais motivos para a perda do poder familiar no universo pesquisado, sendo precedido apenas pela carência socioeconômica. A pesquisa demonstrou, contudo, a extrema vinculação entre os dois aspectos, sendo que “não foi constatada, em nenhum dos 201 casos estudados na pesquisa [...] a existência de alguma pessoa que usufrísse de condições socioeconômicas situadas em patamares médios para cima” (FAVERO, 2007, p. 60).

Esta constatação recebeu reforço em pesquisa realizada pela mesma autora nos anos de 2011 e 2012 (FAVERO, 2014) e ainda por GOIS (2014), tendo esta última chegado ao entendimento de que “a desproteção social resultou no rompimento de vínculos sociofamiliares e comunitários de adultos, adolescentes e crianças, e em consequente institucionalização”, sendo o “desenraizamento social [...] fator preponderante na desagregação sociofamiliar”. Tal relação emerge como um dos fundamentos para propor o presente plano de ação voltado para o público que deveria ser o alvo preferencial da política da Assistência Social.

Conforme indicou Fávero (2007, p. 16-17), “no espaço doméstico, quando da existência de alguma forma de arranjo familiar, as dificuldades econômicas geralmente fazem parte do dia-a-dia e, até em decorrência delas, [as famílias] enfrentam problemas com a própria convivência diária. Convivência que, não raro, é permeada pela violência, tanto interpessoal como social [...]”.

É sobre os aspectos dificultosos da convivência familiar, agravados pela falta de repertório para o desenvolvimento saudável de relações parentais, que este plano de ação pretende atuar. Afinal, sua intervenção se dará junto pais e cuidadores que muitas vezes viveram sua própria história de violência e abandono, não dispendo de apoio social e familiar que os respaldasse econômica e afetivamente no momento em que passaram a ter responsabilidade sobre outro ser humano. Assim sendo, a proposta ora apresentada visa a instrumentalização de pais e cuidadores de modo a uni-los, no âmbito socioafetivo, de recursos que corroborem no sentido da manutenção de seu direito a convivência familiar.

Geralmente o afeto se mostra presente nas relações familiares fragilizadas, contudo, o mesmo tem dificuldade em ser materializado no cotidiano, apresentando-se de forma a prejudicar o vínculo estabelecido e a imprimir sofrimento em seus membros, principalmente em crianças e adolescentes que, dada a fase peculiar de seu desenvolvimento, se encontram ainda mais vulneráveis aos conflitos e violências sofridas.

O entendimento de Gois (2014, p. 29) é de que atualmente “as políticas de proteção social não contributivas ainda estão longe de possibilitar, aos que estão socialmente desenraizados, a recomposição de condições básicas para evitar o rompimento de laços sociofamiliares”. Contudo, ao relatar experiência de trabalho social na periferia da zona Sul de São Paulo, a qual tinha como objetivo incluir e ofertar apoio social para famílias que se encontravam em situação de alta vulnerabilidade, com o intuito de evitar o acolhimento de seus filhos, registrou a seguinte percepção: “nesse caso, a inclusão em programas de transferência de renda e o recebimento de outros auxílios fornecidos pelos Centros de Referência da Assistência Social, associados a um acompanhamento imediato, frequente e sistemático dessas famílias, quase sempre evitaram o acolhimento institucional de suas crianças e adolescentes”.

Diante disso, a proposta interventiva ora apresentada é vista enquanto uma das inúmeras estratégias a serem adotadas em conjunto para que aqueles que estão socialmente desenraizados consigam recompor condições básicas de convivência saudável e segura, constituindo-se numa real possibilidade de evitar o rompimento dos laços familiares.

2. Descrição da integração com políticas ou programas ligados à primeira infância:

O presente plano de ação propõe-se como uma medida de prevenção e promoção das famílias vulneráveis e com se encontram em situação de risco, com uma articulação intersetorial para promover a partir de um programa psicossocial e com características pedagógicas a educação de pais, mães, cuidadores a cerca de práticas parentais positivas e conscientes.

Inicialmente compreende-se que o plano de ação poderia ser realizado na forma de um projeto piloto junto a uma Comarca do Estado e após avaliados os resultados, ser replicado para outras comarcas com elevados índices de violências e acolhimentos institucionais e familiares.

Neste sentido, reporta-se neste momento o Marco Legal da Primeira Infância, que baseado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe sobre o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral. As políticas direcionadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas articulando-se as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância. Assim, buscou-se identificar um Programa de educação parental que contemplasse essas dimensões e tivesse consolidada comprovação científica, optando-se para este plano de ação pelo Programa da Qualidade na Interação Familiar, em relação ao qual a autora deste plano também possui capacitação específica, sendo possível intermediar com a autora do programa a capacitação dos profissionais que seriam responsáveis por dirigir a execução do programa junto às famílias. O programa foi desenvolvido por pesquisadora da UFPR com vasta pesquisa sobre desenvolvimento infantil e acolhimento institucional e familiar.

Levou-se em conta para a definição deste plano de ação também as previsões dos art. 10 e 14 do

Marco Legal da Primeira Infância. No art. 10 está definido que os profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância terão acesso garantido e prioritário à qualificação em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança. No art. 14 está disposto que as políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis.

No que diz respeito ao público-alvo do plano de ação, levou-se em conta o § 2º do art. 14 que coloca que as famílias identificadas nas redes de saúde, educação e assistência social e nos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que se encontrem em situação de vulnerabilidade e de risco ou com direitos violados para exercer seu papel protetivo de cuidado e educação da criança na primeira infância, bem como as que têm crianças com indicadores de risco ou deficiência, terão prioridade nas políticas sociais públicas.

3. Recursos disponíveis:

O principal recurso seria o tempo para organizar de forma detalhada o Plano de Ação. Buscaria-se apoio junto a SEJUF-PR para articular com a SMAS de comarca escolhida para a execução do “projeto-piloto”. A capacitação seria realizada na forma de projeto de extensão junto ao grupo de pesquisa da UFPR.

4. Setores/Órgãos envolvidos:

CONSIJ-CIJ-TJPR; EJUD-TJPR; MPPR; SEJUF-TJPR; UFPR

DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO

Descrição da solução, com a justificativa pela sua escolha como melhor alternativa para resolver a situação-problema:

Com o advento da revolução industrial, o qual separou o mundo do trabalho do mundo familiar, impactos profundos foram sentidos nesta forma de arranjo que passou a ser compreendida não apenas como resposta a uma necessidade biológica, mas também a uma necessidade social e cultural. O desenvolvimento tecnológico que possibilitou um maior controle sobre a reprodução humana e a entrada da mulher no mercado de trabalho foram alguns aspectos que alteraram significativamente as relações familiares, tanto objetiva como subjetivamente (SARTI, 2005).

O ECA dessacralizou a família¹ ao introduzir a concepção da necessidade de se proteger legalmente a criança de violações de direitos cometidas por seus familiares, ao mesmo tempo que enfatiza a convivência familiar como um direito. Nesse sentido, a legislação apesar de possibilitar a desidealização da família, também pode levar ao entendimento de que a família “é incapaz de dar continência a seus filhos” (SARTI, 2005).

De fato, no trabalho com famílias vulneráveis, percebe-se através do acompanhamento que em muitos casos é a família que submete as crianças aos mais graves tipos de violência. Contudo, alguns questionamentos frequentemente se fazem presentes quando se chega à necessidade de aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional: houve pleno acesso às políticas públicas de modo a possibilitar a superação de suas vulnerabilidades, tendo em vista que muitas famílias verbalizam o intenso desejo de manter os vínculos afetivos? Foi oferecida a essa família orientação e alternativas suficientes para gerar mudanças reais em suas formas de relacionamento? É possível maior investimento na qualidade da interação familiar destes que possuem realidade social e cultural distinta dos modelos de famílias tidos como referenciais?

A partir desses questionamentos surgiu o desejo de construir meios de disponibilizar às famílias enredadas² informação e conhecimento sobre formas de educação, de estimular a reflexão acerca de padrões relacionais que são transmitidos de geração para geração apesar de conflituosos e violentos, e de viabilizar a construção de um novo modo de pais e filhos se relacionarem, com o estabelecimento de limites e regras, mas também levando em conta o fato de que somos todos seres afetivos, e é através do afeto que se estabelecem os vínculos.

Cientes de que trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, propõe-se a criação de um espaço no qual os participantes possam expor seus pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis. É preciso considerar que as famílias pobres muitas vezes passam por ciclos do desenvolvimento que incluem rupturas e alterações muito frequentes nas unidades domésticas. Outro fenômeno presente é a “circulação de crianças” que diz respeito a coletivização das responsabilidades pelos menores dentro do grupo de parentesco. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares na relação conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. Assim, o plano de ação contemplará não apenas pais, mas cuidadores, que podem abranger tios e avós, por exemplo.

As atividades, os papéis sociais e as relações interpessoais vividas nas interações mais

¹ Se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde o seu nascimento, através de palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, de acordo com os seus distintos lugares e momentos na família. “Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado a experiência vivida” (SARTI, 2005, p. 26).

² Conforme pondera Sarti (2005, p. 28), deve-se levar em consideração que a primeira característica a ser ressaltada sobre as famílias pobres é a sua “configuração em rede, contrariando a ideia corrente de que esta se constitui em um núcleo”.

próximas impactam significativamente no desenvolvimento humano. As sociedades estabelecem ambientes para o desenvolvimento de modos específicos de comportamento que se espera que as crianças apresentem, e, no geral, elas crescem da maneira esperada. Em grande parte das famílias o que acontece é uma mera repetição da tradição ou uma reprodução irrefletida de práticas que trazem em si concepções de desenvolvimento que podem ser inadequadas para aqueles a quem se destinam. Os pais, contudo, ao educarem seus filhos, assumem a responsabilidade tanto pela vida destes como pela continuidade do mundo (SZYMANSKI, 2005).

Os métodos de trabalho a serem adotados visando dar cumprimento aos objetivos preestabelecidos se encontram fundamentados no Programa de Qualidade da Interação Familiar (PQIF) proposto por Weber, Salvador e Brandenburg (2014), o qual será adaptado para a realidade sociocultural dos participantes. Sua estrutura básica se dá em torno da proposta de grupos vivenciais com frequência semanal que têm como objetivo o investimento nas relações parentais, subsidiando os participantes com estratégias para o estabelecimento de limites concomitantemente com a afirmação de práticas afetivas. Originalmente o PQIF objetiva a prevenção de problemas de relacionamento, problemas psicológicos, emocionais e comportamentais. Mas a autora destaca que a experiência tem demonstrado êxito na aplicação com famílias que apresentam problemas comportamentais e emocionais mais sérios.

Há muito tempo se pesquisa acerca de programas direcionados a pais visando à formação destes como agentes centrais de transformação para seus filhos, uma vez que são os genitores que constroem e administram o meio de desenvolvimento das crianças. O estilo parental, a estrutura familiar e a criação dos filhos têm efeito imediato e duradouro no desenvolvimento da criança (CAMINHA & CAMINHA, 2011). Desta forma, surgiu um grande número de programas voltados para que pais e cuidadores crescessem com ênfase nas dificuldades que eles enfrentam diante de seus papéis. Assim, os programas como PQIF promovem o desenvolvimento saudável e mais adaptativo das crianças. Neste programa se lançará mão do conhecimento científico disponível em relação a aspectos importantes na interação entre pais e filhos que favorecem o desenvolvimento infantil.

O plano de ação a ser desenvolvido visa aplicar o PQIF com o objetivo de propiciar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais a famílias atendidas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e inseridas no Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) a partir de situações de violência física, psicológica e negligência, com vistas ao fortalecimento das relações intrafamiliares e a prevenção do rompimento de vínculos com crianças até 06 anos de idade. A faixa etária poderá ser flexibilizada a partir de análise das especificidades de cada situação. O projeto tem em vista a prevenção do acolhimento institucional e não o levantamento de informações com vistas ao subsídio processual, informação esta que será clarificada às famílias.

O PAEFI é o serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Entre os tipos de violência identificados nessas famílias estão a física (quando há uso de força física, maus tratos, que deixam ou não marcas visíveis no corpo da criança/adolescente); psicológica (agressões verbais ou gestuais, com objetivo de chantagear, ameaçar ou aterrorizar a criança/adolescente); sexual (quando ocorre exploração, assédio ou ato sexual com criança/adolescente, ou quando isso ocorre sem o consentimento da criança/adolescente); financeira ou patrimonial (exploração imprópria, ilegal e/ou uso, sem autorização da criança/adolescente, de seus recursos materiais); negligência (esquecimento, falha ou recusa em providenciar assistência às necessidades básicas da criança/adolescente); abandono (ausência dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem amparo e/ou cuidados à criança/adolescente). Assim sendo, o presente plano de ação visa solidificar ainda mais as atividades desenvolvidas pelo PAEFI através dos objetivos a que se propõe.

Pretende-se a efetiva promoção da família como parceira na assunção da responsabilidade pela superação de suas vulnerabilidades e na construção de relações familiares mais saudáveis. Propõe-se criar um espaço para as famílias ampliarem seu repertório de práticas parentais, baseando-se na concepção de que, por mais precarizadas e vitimadas que se encontrem as famílias enredadas, há, com certeza, desejo de superação dos conflitos e de construção/reconstituição/manutenção de vínculos.

Quando se considera as relações socioeconômicas extremamente desiguais estabelecidas pelos padrões neoliberais que regem a sociedade capitalista na contemporaneidade, não é difícil reconhecer os impactos que a privação do acesso à renda e a políticas públicas têm exercido sobre as famílias brasileiras. Gois (2014, p.27), ao considerar esse processo de transformações indica a importância de considerar “a localização da família em classes sociais, as relações de gênero que nela se constituem, as questões étnicas que as particularizam, além do percurso sociofamiliar vivenciado e da articulação entre trabalho familiar e trabalho remunerado, fatores diretamente associados à inserção social, ao acesso a direitos e à composição da condição protetiva”.

1) Atividades que serão desenvolvidas, quando e os respectivos responsáveis (órgãos/atores) por cada atividade	2) Recursos necessários (financeiro, de pessoal, infraestrutura física etc.)	3) Gerenciamento dos possíveis riscos envolvidos na implementação do plano	
<p>Os métodos de trabalho a serem adotados visando dar cumprimento ao plano de ação e se encontram fundamentados no Programa de Qualidade da Interação Familiar (PQIF) proposto por Weber, Salvador e Brandenburg (2014), o qual será adaptado para a realidade sociocultural dos participantes.</p> <p>Sua estrutura básica se dá em torno da proposta de grupo de pais, formado por no mínimo 8 e no máximo 20 integrantes. O Programa é composto de 8 (oito) encontros vivenciais com frequência semanal e duração aproximada de 2 (duas) horas cada, durante os quais serão desenvolvidos os seguintes temas:</p> <p>1º Encontro: Princípios</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar-se-ia como recurso de pessoal profissionais de Psicologia e Serviço Social que integram equipes da rede de proteção e do judiciário, mediante compensação de horas ou a partir convênio com Universidades com profissionais e estagiários atuando na forma de projeto de extensão - Para facilitar o acesso das famílias sugere-se que as atividades fossem realizadas em instituições municipais de ensino dos territórios selecionados 	<p>RISCOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ressalta-se a necessidade de capacitação dos facilitadores do grupo para efetivar a proposta. 	<p>ESTRATÉGIAS PARA EVITAR OU MITIGAR OS RISCOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação presencial e ead para os profissionais que atuarão como facilitadores, com definição clara dos objetivos da proposta.

da Aprendizagem

2º Encontro: Regras e Limites

- “Mostrar para os pais a necessidade de regras claras, consistentes e coerentes, bem como a necessidade de monitoria do comportamento da criança para propiciar um desenvolvimento infantil saudável”.

3º Encontro: Consequências para Comportamentos Adequados

- “Enfatizar a educação positiva, ou seja, fazer os pais perceberem que normalmente eles prestam mais atenção nos erros e defeitos de seus filhos do que em seus acertos e qualidades. Portanto, o objetivo central é ensiná-los a observar e valorizar os comportamentos adequados dos filhos. E ainda, trazer a reflexão de que disciplinar não significa somente focar os erros e punir, mas também incentivar e motivar para o comportamento adequado”.

4º Encontro: Consequências para Comportamentos Inadequados

- “Informar e alertar sobre problemas que podem surgir com o uso de punições exageradas e inadequadas, bem como apresentar formas alternativas e efetivas de consequenciar

--	--

comportamentos
inadequados”.

5º Encontro:
Relacionamento Afetivo
e Envolvimento

- “Sensibilizar os pais para a empatia com os filhos, mostrando a importância de se demonstrar o afeto, de participar e se envolver efetivamente na vida dos filhos. Reflexão sobre a qualidade da relação com os filhos”.

6º Encontro: Voltando
no Tempo

- “Provocar uma reflexão mais profunda sobre a educação que os participantes receberam em sua infância, analisando as diferenças de contexto da época em que eram crianças e a atual, como também refletir sobre a transmissão intergeracional das práticas educativas parentais”.

7º Encontro:
Autoconhecimento e
Modelo

- “Propiciar a auto-observação, como pessoa antes de serem pais, dando ênfase para qualidades de cada um. Além disso, perceber-se como modelo de comportamento para o filho”.

8º Encontro: Revisão e
Encerramento

- “Revisão de todos os conteúdos trabalhados no programa e feedback dos participantes sobre o

--	--

aproveitamento do conteúdo e do grupo em geral”.

A porta de entrada para o projeto a nível local dar-se-ia exclusivamente através dos CREAS. Este órgão seria responsável pela divulgação e indicação entre as famílias atendidas, bem como pelo repasse das informações a respeito dessas famílias as responsáveis técnicas, a fim de que estas possam reforçar o convite e acompanhar os integrantes do grupo em desenvolvimento. A partir da indicação dos participantes, os grupos seriam organizados tomando como **base o recorte territorial.**

O horário de realização das atividades será no período noturno, visando facilitar a adesão das famílias participantes.

Todo encontro contaria com breve explicação teórica a respeito do assunto trabalhado, explanada em linguagem apropriada e com exemplos que envolvem o cotidiano dos participantes. A fim de facilitar a compreensão dos conteúdos seriam utilizados recursos como dinâmicas, desenhos, rodas de

--	--

conversa, dramatizações, contação de histórias, leitura de poesias, mostra de filmes, entre outros. Sempre que possível seria fornecido material impresso de apoio aos pais/cuidadores tais como folders e cartilhas.

Durante o período em que os pais/cuidadores participariam dos encontros, as crianças participariam de proposta de atividades específica a elas direcionada, facilitada por estagiários de Psicologia/Serviço Social

Posteriormente a realização do Projeto, o CREAS seria responsável pela continuidade do acompanhamento das famílias através de grupos quinzenais de pais/cuidadores desenvolvidos pelo PAEFI.

4) Resultados/Impactos esperados:

- Grupos com pais/cuidadores/crianças executados e com aproveitamento significativo, de modo que os conceitos difundidos alcancem a vida cotidiana dos participantes;
- Solidificação das atividades do PAEFI desenvolvidas pelos CREAS's através do investimento na qualidade da interação familiar realizado com famílias integradas por crianças que se encontram na primeira infância;
- Redução da judicialização de casos que envolvam violência intrafamiliar.

Para fins de avaliação do Projeto, utilizar-se-á o instrumento denominado "Escalas de Qualidade de Interação Familiar (EQIF)" no início e ao final de cada grupo de pais/cuidadores. O instrumento refere-se a um conjunto de nove escalas: seis delas avaliam práticas educativas parentais (relacionamento afetivo e envolvimento; regras e monitoria; punição corporal; comunicação positiva dos filhos; comunicação negativa), duas avaliam o clima conjugal (positivo e negativo), e uma avalia o sentimento dos filhos em relação aos pais. As escalas de punição corporal, comunicação negativa e clima conjugal negativo medem práticas prejudiciais para o desenvolvimento infantil. As outras seis escalas medem aspectos positivos, que trazem consequências saudáveis para os filhos (WEBER, 2011, p. 99).

Metodologia de avaliação de processo será baseada no registro dos fatos, falas e materiais

lúdicos produzido ao longo dos encontros, o qual servirá para captar elementos importantes que podem orientar a realização das próximas atividades.

5) Replicação do plano de ação (como o plano poderia ser replicado/aproveitado em outras situações/em outros estados?)

Alcançados resultados positivos no projeto piloto, gradualmente outras comarcas poderão aderir a proposta, com a capacitação de todos os profissionais acerca do programa e contínua avaliação de sua efetividade.

REFERÊNCIAS

CAMINHA, Marina Gusmão; CAMINHA, Tenato M. **Intervenções e treinamento de pais na clínica infantil**. Porto Alegre: Sinopsys, 2011.

FAVERO, Eunice Teresinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

FAVERO, Eunice Teresinha. **Barbárie social e exercício profissional**: apontamentos com base na realidade de mães e pais destituídos do poder familiar. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Serviço Social e Temas Sociojurídicos: debates e experiências. Rio de Janeiro: Lamen Juris, 2014.

GOIS, Dalva Azevedo. **Famílias, desenraizamento social e privação de direitos**. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Serviço Social e Temas Sociojurídicos: debates e experiências. Rio de Janeiro: Lamen Juris, 2014.

SARTI, Cynthia A. **Famílias enredadas**. In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia (Orgs). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 2005. P. 31-50.

SZYMANSKI, Heloiza. **Ser criança**: um momento do ser humano. In ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia (Orgs.). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 2005. P. 65-72.

WEBER, Lidia; SALVADOR, Ana Paula Viezzer; BRANDENBURG, Olivia Justen. **Programa de qualidade na interação familiar**: manual para aplicadores. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2011.

WEBER, Lidia. **Eduque com Carinho**. 5ª ed. Curitiba: Juruá, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1996.